

Matéria	Ementa
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.( Votação do Parecer em Plenário que conclui pela admissibilidade da denúncia, com a consequente instauração do processo de impeachment)
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.( Votação Preliminares arguidas pela defesa)
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.( conclui pela procedência a acusações.)
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.(Votação nominal Pedaladas Fiscais referente à realização de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União)
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.( Votação nominal Decreto referente à abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional).
DEN 00001/2016	Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.( Votação nominal Decreto referente à abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional).
MPV 00014/2001	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia emergencial e dá outras providências.( estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para regulamentar a transição administrativa dos Poderes Executivos.)
MPV 00663/2014	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.
MPV 00664/2014	Projeto de Lei de Conversão nº 4/2015, que estabelece novas regras para concessão do auxílio doença e pensão por morte, e dá outras providências.
MPV 00665/2014	Altera a Lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.

MPV 00672/2015	Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.
MPV 00677/2015	Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica,
MPV 00678/2015	Altera a Lei que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
MPV 00688/2015	Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº que institui o Conselho Nacional de Política Energética.( Votação nominal do PLV 23, de 2015.)
MPV 00688/2015	Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei nº que institui o Conselho Nacional de Política Energética.( Votação nominal do PLV 23, de 2015.)
MPV 00692/2015	Altera para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT.
MPV 00693/2015	Altera a Lei que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e altera a Lei para dispor sobre o porte de arma de fogo institucional pelos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.
MPV 00696/2015	Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
MPV 00726/2016	Altera e revoga dispositivos da Lei que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

MPV 00727/2016	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.
MPV 00729/2016	Altera a Lei que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.
MPV 00746/2016	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.
MPV 00759/2016	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências.
MPV 00767/2017	Altera a Lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.
MPV 00777/2017	Institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.
MPV 00782/2017	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
MPV 00785/2017	Votação da Emenda nº 192 ao Projeto de Lei de Conversão nº 34, de 2017.
MPV 00786/2017	Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira

	Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.-ABGF.
OFS 00070/2017	Encaminha ao Senado Federal decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Cautelar nº 4.327.
OFS 00088/2015	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 53 da Constituição Federal, os autos da prisão do Senador Delcídio do Amaral.( Recurso da Decisão da Presidência em Questão de Ordem referente ao Ofício)
OFS 00088/2015	Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 53 da Constituição Federal, os autos da prisão do Senador Delcídio do Amaral.( Votação Nominal - Decisão do STF)
PDS 00347/2015	Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013.( Votação Nominal - 1o turno (Tratado de Marraqueche). )
PDS 00347/2015	Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013.( Votação Nominal - 2o turno (Tratado de Marraqueche). )
PEC 00003/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas. (Votação nominal em 1º turno da PEC nº 3/2016)
PEC 00003/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de

	Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas. (Votação nominal em 2º turno da PEC nº 3/2016.)
PEC 00004/2017	Altera a redação do art. 121 da Constituição Federal, para estabelecer que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.( Votação nominal em 1º turno da PEC)
PEC 00004/2017	Altera a redação do art. 121 da Constituição Federal, para estabelecer que os membros da Justiça Eleitoral não poderão ter tido filiação partidária nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função.( Votação nominal em 2º turno da PEC)
PEC 00007/2015	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.(1ºTurno)
PEC 00007/2015	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado. (2ºTurno).
PEC 00010/2013	Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns. (1ºTurno)
PEC 00010/2013	Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.
PEC 00014/2016	Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital.(1º turno)
PEC 00014/2016	Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital.(2ºturno).

PEC 00029/2017	Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
PEC 00030/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.( PEC nº 30/2014)
PEC 00030/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.( PEC nº 30/2014)
PEC 00030/2014	Acrescenta o art. 27-A, altera o § 3º do art. 32 e acrescenta § 2º ao art. 75, todos da Constituição Federal, bem como insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; com o objetivo de fixar limite máximo para as despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal.( PEC nº 30/2014) (2ºturno).
PEC 00031/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
PEC 00031/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (2º turno).
PEC 00032/2010	Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.
PEC 00033/2014	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre

	as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(1º Turno).
PEC 00033/2014	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
PEC 00033/2017	Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.
PEC 00033/2017	Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição. (2º turno)
PEC 00036/2016	Altera a Constituição Federal para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.( Votação nominal do Substitutivo à PEC 36/2016)
PEC 00036/2016	Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.( Votação nominal do Substitutivo à PEC 36/2016)
PEC 00040/2011	Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
PEC 00043/2012	Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.
PEC 00050/2016	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos.
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

	Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos.(Votação nominal do inciso II, do art. 105 do ADCT, constante no art. 1º da PEC 55/2016, destacado.)
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos.(Votação nominal da Emenda nº 65-Plen.)
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos.(Votação nominal da Emenda nº 64-Plen.)
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos(Votação nominal da PEC nº 55/2016, em segundo turno)
PEC 00055/2016	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 55/2016 o Teto dos Gastos Públicos(Votação nominal do inciso VIII, do art. 104 ADCT, previsto no art. 1º da proposta, destacado.)
PEC 00064/2016	Altera a Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.
PEC 00074/2013	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. (1º Turno).
PEC 00074/2013	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. (2º Turno).
PEC 00077/2015	Dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte.
PEC 00078/2013	Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.
PEC 00078/2013	Dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste



	percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. (Votação nominal da PEC nº 78, de 2013, em segundo turno.)
PEC 00084/2015	Acrescenta na Constituição Federal, para proibir a criação, por lei, de encargo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrente da prestação de serviços públicos, sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros, nos termos que especifica.( PEC 84, de 2015 - 1º turno)
PEC 00084/2015	Acrescenta na Constituição Federal, para proibir a criação, por lei, de encargo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrente da prestação de serviços públicos, sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros, nos termos que especifica.( PEC 84, de 2015 - 2º turno)
PEC 00098/2015	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. (1º Turno)
PEC 00098/2015	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. (2º Turno)
PEC 00099/2015	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. PEC 99/2015 (1º turno)
PEC 00099/2015	Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. PEC 99/2015 (2º turno)
PEC 00113/2015	Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (1º turno) - É facultado ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos 30 dias seguintes à promulgação desta Emenda à CF, sem prejuízo do mandato)
	Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras

PEC 00113/2015	temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (2º turno) - É facultado ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos 30 dias seguintes à promulgação desta Emenda à CF, sem prejuízo do mandato)
PEC 00128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal. Estabelecer que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, DF ou Municípios sem a previsão de repasses financeiros para seu custeio (1º turno)
PEC 00128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal. estabelecer que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, DF ou Municípios sem a previsão de repasses financeiros para seu custeio ( Votação Nominal da Emenda nº 3 à PEC nº 128, de 2015.)
PEC 00128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal. estabelecer que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, DF ou Municípios sem a previsão de repasses financeiros para seu custeio ( Votação Nominal da Emenda nº 4, nos termos da Subemenda do Relator, à PEC nº 128, de 2015)
PEC 00128/2015	Altera a redação do art. 167 da Constituição Federal. estabelecer que a União não imporá ou transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, DF ou Municípios sem a previsão de repasses financeiros para seu custeio (2ºTurno).
PEC 00133/2015	Acrescenta a Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade (PEC 133/2015, em segundo turno)
PEC 00143/2015	Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.( PEC 143/2015, em primeiro turno.)
PEC 00152/2015	Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (PEC 152/2015, com Emenda nº 1-Plen, em primeiro turno)

PEC 00152/2015	Institui novo regime especial de pagamento de precatórios no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (PEC 152/2015, segundo turno)
PEC 00159/2015	Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.( 1º turno, da PEC 159/2015)
PEC 00159/2015	Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.( 2º turno, da PEC 159/2015)
PLC 00002/2015	Regulamenta o inciso da Constituição Federal; da Convenção sobre Diversidade Biológica; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.( Emendas 2, 18, 29, 44 e 66 ao PLC 2/2015.)
PLC 00002/2015	Regulamenta o inciso da Constituição Federal; da Convenção sobre Diversidade Biológica; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.( Emenda 120 - CMA ao PLC 2/2015.)
PLC 00002/2015	Regulamenta o inciso da Constituição Federal; da Convenção sobre Diversidade Biológica; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.( Emenda 154 - CMA ao Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015.)
PLC 00002/2015	Regulamenta o inciso da Constituição Federal; da Convenção sobre Diversidade Biológica; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional

	associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências(Emenda 163 - CMA ao Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015.)
PLC 00007/2016	Acrescenta dispositivos à Lei, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.
PLC 00015/2015	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. (indexador da dívida de Estados e Municípios).
PLC 00015/2015	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. Emenda nº 7 - Parecer favorável ao PLC 15/2015 (Complementar).
PLC 00015/2015	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. Emenda nº 8 nos termos da sub-emenda ao PLC15/2015(Complementar)
PLC 00015/2015	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. Emenda nº 1 - Parecer contrário ao PLC 15/2015(Complementar)
PLC 00023/2015	Altera o Decreto-Lei– Código Penal, para estabelecer causa de aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra idoso.
PLC 00026/2015	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.
PLC 00028/2017	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.( Votação do Requerimento de Urgência nº 793)
PLC 00028/2017	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros.
PLC 00038/2017	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
PLC 00038/2017	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.( Votação da Emenda nº 693 - PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.)
PLC 00038/2017	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.( Votação da Emenda nº 850 - PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017.)
	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal; altera as Leis

PLC 00039/2017	Complementares nºs 101, de 4 de maio de 2000, e 156, de 28 de dezembro de 2016; e dá outras providências.
PLC 00039/2017	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal; altera as Leis Complementares nºs 101, de 4 de maio de 2000, e 156, de 28 de dezembro de 2016; e dá outras providências. (Votação da Emenda nº 2 - PLEN de Parecer Contrário ao PLC nº 39/2017 (Complementar)).
PLC 00039/2017	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal; altera as Leis Complementares nºs 101, de 4 de maio de 2000, e 156, de 28 de dezembro de 2016; e dá outras providências.( Votação da Emenda nº 3 - PLEN de Parecer Contrário ao PLC nº 39/2017.)
PLC 00054/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal;( Votação nominal da Emenda nº 26-Plen (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2.016).
PLC 00054/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal Votação nominal do art. 4º do Substitutivo (Emenda nº 26 - PLEN) ao PLC nº 54, de 2016 (Destacado).
PLC 00054/2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal Votação nominal do art. 15º do Substitutivo (Emenda nº 26 - PLEN) ao PLC nº 54, de 2016 (Destacado).
PLC 00057/2015	Altera as Leis que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, quanto à tributação de bebidas frias.
PLC 00075/2015	Altera as Leis - Código Eleitoral, alterando as instituições político-eleitorais.
PLC 00080/2015	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.
PLC 00101/2015	Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis.

PLC 00125/2015	Altera a Lei Complementar para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis e dá outras providências.Votação nominal da Emenda nº 31 - Substitutivo.
PLC 00125/2015	Altera a Lei Complementar para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis e dá outras providências. Votação nominal da Emenda nº 10-Plen.
PLC 00125/2015	Altera a Lei Complementar para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis e dá outras providências. Votação nominal do destaque do art. 12 da Lei nº 123/2006.
PLC 00125/2015	Altera a Lei Complementar para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis e dá outras providências. Votação nominal do destaque ao art. 18 da Lei nº 123/2006.
PLC 00125/2015	Altera a Lei Complementar para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis e dá outras providências. Votação nominal do Substitutivo ao PLC nº 125/2015 com emendas de parecer favorável (Turno Suplementar).
PLC 00129/2017	Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera as Leis e dá outras providências.
PLC 00167/2015	Votação nominal do PLC nº 167/2015, referente a permissão para que o microempresário possa utilizar sua residência como sede da empresa.
PLC 00167/2015	Votação nominal do PLC nº 167/2015, referente a permissão para que o microempresário possa utilizar sua residência como sede da empresa. Votação nominal da Emenda nº 2-Plen ao PLC 167/2015.
PLC 00186/2015	Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, e dá outras providências.

PLS 00078/2015	Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.
PLS 00085/2017	Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.
PLS 00086/2017	Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.
PLS 00130/2014	Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Votação Requerimento 259/2015 (verificação) para inversão de pauta.
PLS 00130/2014	Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Votação da Emenda nº 16 - PLEN ao PLS 130/2014 (SUBS - COMPLEMENTAR).
PLS 00131/2015	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção". Votação nominal do RQS nº 78, de 2016, de extinção da urgência do PLS nº 131 de 2015.
PLS 00131/2015	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".

	Votação nominal, em verificação, do substitutivo ao PLS 131/2015.
PLS 00141/2014	Altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho. Votação nominal do PLS 141/2014
PLS 00141/2014	Altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho. Votação nominal da Emenda nº 1-CEDN ao PLS 141/2014
PLS 00141/2014	Altera o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para ampliar as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabilizar a instalação e o funcionamento desse Conselho. Votação nominal do destaque dos incisos IV do art. 67 e I do art. 69 do PLS 141/2014
PLS 00201/2013	Insere parágrafo para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.
PLS 00212/2017	Altera a Lei Complementar para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. Votação da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) ao PLS nº 212, de 2017 (Complementar).
PLS 00212/2017	Altera a Lei Complementar para fomentar a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. Votação das Emendas nº 2, nº 4 e nº 5 de parecer contrário ao PLS nº 212/2017 (Complementar).
PLS 00247/2016	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei. Votação que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para executar ações de segurança pública da aplicação das



	sanções de suspensão de transferências voluntárias.
PLS 00274/2015	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1o do art. 40 da Constituição Federal.
PLS 00274/2015	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1o do art. 40 da Constituição Federal. Emenda nº 1 - CCJ ao PLS nº 274/2015.
PLS 00274/2015	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1o do art. 40 da Constituição Federal. Emendas 2-3 Plen (parecer contrário) PLS 274/2015.
PLS 00316/2015	Altera a Lei Complementar para vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal e para desobrigar o titular do Município de pagar despesas empenhadas no mandato do prefeito anterior, nos casos de perda de recursos que especifica. PLS 316/2015 (Complementar)
PLS 00316/2015	Altera a Lei Complementar para vedar a aplicação de sanções ao Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal e para desobrigar o titular do Município de pagar despesas empenhadas no mandato do prefeito anterior, nos casos de perda de recursos que especifica.
PLS 00345/2017	Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais.
PLS 00375/2011	Altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2011 (Compl.)
PLS 00375/2011	Altera o parágrafo único do art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a obrigatoriedade de documento com código de barras em todos os pagamentos realizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Emenda nº 1 e 2 - CCT e CAE ao PLS 375/2011 (Compl.).
PLS 00389/2015	Altera a Lei Complementar para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder.
PLS 00400/2014	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de

	óleo destinado à União sob o regime de partilha.
PLS 00405/2016	Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) .
PLS 00477/2011	Altera a Lei para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão "perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos".
PLS 00501/2013	Altera a Lei Complementar para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos.
PLS 00501/2013	Altera a Lei Complementar para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços no rastreamento e monitoramento de veículos. Turno Suplementar - Votação Nominal
PLS 00525/2015	Dispor sobre o cálculo do valor adicionado de energia hidroelétrica para fins de repartição do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços pertencentes aos municípios.
PRS 00029/2016	Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez. Votação nominal do PRS 29/2016, que dispõe sobre a perda de mandato do Senador Delcídio do Amaral.
PRS 00055/2015	Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.
SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Votação de parecer favorável ao SCD Nº 5, de 2015 (COMP)
SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Parágrafo 5º do art. 2º do SCD 5/2015 - Parecer Favorável (COMP).
SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Dispositivos de parecer contrário ao SCD Nº 5, de 2015 (COMP).
SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Parágrafo 9º do art. 2º do SCD 5/2015 - Parecer contrário (COMP).
SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Artigo 17 do SCD Nº 5, de 2015 - Parecer Contrário (Complementar).

SCD 00005/2015	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; Artigo 22 do SCD Nº 5, de 2015 - Parecer Contrário (Complementar).
SCD 00007/2016	Institui a Lei de Migração.
SCD 00015/2015	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 366-B de 2013, do Senado Federal (PLS 386/2012 na Casa de origem), que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.